

Os pontos neurálgicos da conjuntura

15 AGO 1990

ESTADO DE SÃO PAULO

Seria perigoso menosprezar as consequências que possam advir a uma economia como a nossa, ainda em fase de recuperação, dos acontecimentos do Oriente Médio. Não cabe o desespero; todavia, ante a fragilidade dessa retomada, convém se tomem a tempo medidas tendentes à atenuação de tais consequências. Para tanto, urge salientar os pontos mais delicados da conjuntura.

Os membros da equipe econômica vêm advogando com insistência, nestes últimos dias, a conveniência de se assegurar a queda da taxa de inflação. Não obstante, verifica-se, paralelamente, uma série de reajustes de preços, desde o leite até os combustíveis líquidos, o que pode influenciar a expectativa inflacionária dos agentes econômicos, que o governo, nas últimas semanas, havia conseguido reverter. Existe um fato altamente positivo: as autoridades monetárias continuam a controlar a expansão dos meios de pagamento. Em julho, estes acusaram um crescimento de apenas 0,3%; mantido esse ritmo, teríamos para o segundo semestre um aumento de apenas 1,8% contra os 9,2% previstos, o que oferece alta margem para enfrentamento das pressões que sempre se registram no final do ano. A base monetária, até dia 3, conti-

nuava a acusar redução. Simultaneamente, verifica o governo que as suas receitas crescem além do previsto, o que permite pensar que ainda neste mês haverá novo superávit na execução financeira do Tesouro. Neste quadro macroeconômico, as condições se reúnem para impedir uma explosão de preços. Todavia, os reajustes dos últimos dias mostram que a situação é ainda instável e que somente a erradicação do sistema de indexação e uma atenção redobrada quanto aos gastos públicos poderão impedir um retorno a uma inflação maior.

Entre as questões delicadas, resalta a atitude a ser tomada pelo Legislativo diante do veto apostado pelo presidente da República ao projeto de lei salarial. Não há dúvidas quanto aos efeitos nefastos que a derrubada do embargo exerceria sobre a economia nacional. Neste sentido, pode-se considerar que a decisão do Congresso será decisiva. Cabe acrescentar que, mantido o veto, terá o Legislativo outra oportunidade de reintroduzir a indexação, ao apreciar a Medida Provisória nº 199, a qual, entretanto, poderá ser vetada se transformada em lei.

Realmente reintroduzida a indexação, cumpriria ao governo tomar uma decisão que, embora deli-

cada, tem sido proposta por diversos economistas e ex-ministros da Fazenda: a de expurgar dos índices os efeitos do aumento do preço do petróleo. Trata-se de medida realmente neurálgica, mas plenamente justificada se se considerar que tal aumento representa uma transferência de renda do país importador para aqueles exportadores do ouro negro, a ser sancionada por uma redução de renda dos consumidores de combustíveis. Cumpre esclarecer que tal medida seria muito mais adequada do que a inclusão dos aumentos, os quais, através de um sistema de indexação, exerceriam efeito multiplicador sobre todos os preços, representando maior perda do poder aquisitivo. Sem indexação, num sistema de livre negociação, será mais fácil aos assalariados se recuperar, parcialmente, dos efeitos nocivos da elevação do preço do petróleo.

O equilíbrio das contas públicas constitui outra exigência, desde que se deseje manter o controle monetário. Nesse quadro, há que apoiar a ministra da Economia, quando se recusa a estender aos aposentados, neste momento, o abono salarial concedido para o mês de agosto. Isso representaria novo e pesado ônus para a Seguridade Social, não permitindo o ar-

gumento de que esta tem atualmente um superávit esquecer que, com as novas exigências, o déficit voltará a se verificar. Do mesmo modo, não se pode simplesmente incluir nos salários o abono concedido por apenas um mês, medida que apenas visou a facilitar a aceitação, pelos membros do Congresso, do veto presidencial ao projeto de lei salarial. Cumpre manter o princípio da livre negociação para levar as empresas a reajustar os salários em função de ganhos reais de produtividade.

Outra questão delicada é a alta das taxas de juros que ora se verifica. Era prevista por força da redução da expansão monetária. Hoje se observa maior pressão da demanda de crédito, o que certamente tem algo a ver com os acontecimentos do Oriente Médio. Não se deve impedir a alta das taxas de juros, por não ser este o momento de favorecer a formação de estoques. Não se trata de aquinoar os "rendeiros", que podem ser atingidos pela tributação, mas de deixar que a taxa de juros cumpra sua missão.

Como se vê, enfrenta o Planalto uma série de graves problemas. De suas soluções depende o futuro da nossa economia, ora ingressando ao mesmo tempo numa fase de estabilidade de preços e de débil retomada das atividades.